Governo já admite déficit

O Governo Federal já não trabalha mais com estimativa de déficit "zero" em 89. Isso foi o que deixou transparecer ontem o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, ao afirmar: "Pode ser até que tenhamos que incorporar um déficit um pouco maior ao Orçamento Geral da União — OGU, e trabalhar com déficit menor nos demais orçamentos", como da Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais), Sinpas (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), Estados e municípios.

Reafirmou, no entanto, que feito o remanejamento dos números orçamentários, o importante é atingir um déficit geral de 2% do PIB (Produto Interno Bruto), que "será perseguido a qualquer custo". Ele acha, inclusive, que essa meta pode ser assegurada com o equilíbrio entre o OGU e os demais orçamentos. Os técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF, já estão estudando para ver

"onde vamos alocar este déficit", disse.

Quanto às notícias de pressões por parte de ministérios com o objetivo de reduzir os cortes orçamentários, o ministro do Planejamento enfatizou que "o presidente Sarney foi muito claro em seu discurso", na reunião ministerial da última quinta-feira.

"O Presidente simplesmente aprovou a proposta que lhe foi entregue", frisou. Em vista disso, afirmou que não houve alteração nos orçamentos distribuídos aos ministérios e já devolvidos à SOF. Disse que "o número global não foi modificado, em absoluto".

O que nós admitimos, acrescentou o ministro, é a possibilidade de remanejamentos internos de verbas, mas sem violar os critérios estabelecidos. Ele reconhece que a tarefa não é fácil, e entende que, "quando os ministros reclamam, e fazem com justificada razão".